



A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ E DO GABINETE DIGITAL NO GOVERNO DE TARSO GENRO/RS – UM OLHAR A PARTIR DAS TIC

Vinícios Gonchoroski de Oliveira

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul
Tutor de Educação a Distância na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.

Ângela Cristina Trevisan Felippi

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, estágio pós doutoral em Comunicación y Recepción – UCU, Uruguai.
Professora dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Letras - Unisc.

Resumo

O artigo apresenta discussão sobre a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na gestão pública, especificamente toma o caso do governo do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, na administração Tarso Genro (2011-2014). Objetiva compreender o processo de adoção das TIC nesse governo como forma de intensificação da participação cidadã, analisando um mecanismo do chamado Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (Sisparci), o Gabinete Digital (GD). O faz a partir da perspectiva dos atores governamentais e da sociedade civil, cuja percepção é colhida por meio de entrevistas semiestruturadas com quatorze sujeitos. É feita ainda análise de um conjunto de documentos, entre os quais Plano de Governo, relatórios, leis, decretos, balanços, resoluções, notícias e dados secundários do GD e da Consulta Popular. O artigo se vale também de pesquisa bibliográfica. A pesquisa se situa numa perspectiva crítica e cultural acerca da tecnologia. Os resultados apontam as dificuldades na implantação do Sistema, a ocorrência de alterações na prática cidadã durante a vigência do Sisparci e para a descontinuidade da proposta com o encerramento desse governo.

Palavras-chave: Gestão Pública. Tecnologia da Informação e Comunicação. Participação.

Introdução

A emergência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ocorrida desde o final do século passado tem gerado expectativa sobre seu potencial em diversos campos, dentre os quais estão a gestão pública, especialmente na perspectiva da gestão democrática. A posição é encontrada em boa parte da literatura da área, assim como em documentos de governos e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Os relatórios da última década da ONU evidenciam as TIC como instrumentos capazes de qualificar os processos de participação cidadã no ambiente governamental (ONU, 2016). De outro lado, há uma corrente de pesquisa crítica que aponta para a fragilidade dessa expectativa de intermediação tecnológica para o avanço da participação democrática, pois passa a considerar os processos sociais e culturais que a envolvem.



Nesse sentido, este artigo propõe, a partir de uma análise na perspectiva crítica sobre os usos das TIC pelo Estado, identificar como se deu o processo de adoção das mesmas com vistas à ampliação da participação civil na gestão pública do governador Tarso Genro (Partido dos Trabalhadores)¹, de 2011 a 2014, no Rio Grande do Sul, Brasil. Toma-se como caso da criação e implantação do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (Sisparci), um complexo conjunto de instrumentos de gestão para a participação e transparência das decisões públicas elaborado no governo de Tarso Genro, e, como parte dele, o Gabinete Digital (GD), um portal que intermediava a participação da população gaúcha com o governo do Estado. O Sisparci e seus instrumentos foram destaque mundial pela inovação em práticas de democracia digital, apesar do curto tempo de permanência².

A análise se dá principalmente a partir da percepção dos atores governamentais e de organizações da sociedade civil nestas experiências, valendo-se ainda de análise documental e pesquisa bibliográfica. A intenção foi identificar as metas, indicadores e objetivos do governo para adoção das TIC e verificar o processo de adoção dessas tecnologias e a participação da sociedade, compreendendo a experiência caracterizada como de democracia digital, nos seus limites e avanços.

Procedimentos Metodológicos

Para além da pesquisa bibliográfica, um conjunto de outras técnicas de pesquisa foi utilizado na coleta e na análise de dados. Como a pesquisa se baseia na percepção dos atores, a entrevista semiestruturada foi a técnica de pesquisa central. Por meio dela, foram abordados um total de quatorze entrevistados, sendo eles integrantes do governo em estudo e representantes da sociedade civil organizada.

Os quatorze entrevistados eram integrantes do primeiro e segundo escalão do governo do Estado e representantes de organizações da sociedade civil, essas constituídas em

¹ A coligação que elegeu Tarso Genro, a Unidade Popular, era formada pelos partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido da República (PR). Convém observar que nas eleições à governador do Rio Grande do Sul, em 2010, Tarso Genro foi eleito governador com 54% dos votos válidos, sendo eleito ainda no primeiro turno.

² O Sisparci auferiu ao menos sete prêmios apurados por esta pesquisa, entre os quais destacam o Prêmio Bank Beneficiary Feedback Awards, concedido pelo Instituto do Banco Mundial, em 2012 à iniciativa do Gabinete Digital, e o Prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Sisparci, em 2013.



gestões estaduais anteriores para conduzir processos de participação da sociedade gaúcha, entre os quais o Comitê de Consulta Popular e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Nesse segundo grupo encontram-se entrevistados ligados a universidades, na condição de componentes ou consultores das organizações de consulta e conselho. Com esse segundo conjunto de entrevistados objetivou-se fazer um contraponto ao discurso dos integrantes governamentais e, assim, ampliar a perspectiva crítica do estudo. Os entrevistados foram: 1) Pesquisador da UNISC; 2) Coordenador da Divisão Digital do Dep. de Participação Cidadã – Deparci da SPGPC, 3) Presidente do Corede-Norc (2012-2016) e Integrante da Comissão Estadual da CP e Vice-presidente (2008-2012), 4) Diretor do Departamento de Participação Cidadã – Deparci da SPGP, 5) Coordenador Geral do Gabinete Digital (CGD) (2011-2014), Secretário da Secretaria-Geral do Governo (SGG) (2013-2014) e Chefe de Gabinete (2011-2013), 6) Coordenador Executivo do Gabinete Digital (2012-2014), 7) Articulador de Políticas Digitais do GD, 8) Presidente do Corede Sul e Integrante da Comissão Estadual da CP, 9) Coordenador da Divisão Digital do Dep. de Participação Cidadã (Deparci) da SPGPC, 10) Secretário da SPGPC, 11) Assessora de Planejamento da Procergs, 12) Governador do RS (2011-2014), 13) Presidente do Fórum dos Coredes e 14) Pesquisador aposentado da UFRGS.

A pesquisa documental foi outra técnica fundamental para a investigação, sendo composta de um conjunto de materiais que incluem o Programa de Governo de Tarso Genro, do relatório do Balanço 2011-2014 do GD, de leis e decretos e notícias publicadas na imprensa. Os documentos permitiram dados para a compreensão das intenções e do processo de democracia digital instituído no governo estudado, bem como elementos para cotejar as falas dos atores entrevistados.

Na pesquisa documental merecem destaque relatórios produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao governo do Estado, fruto de uma parceria/consultoria da instituição com o governo, que apresentam dados de implementação e avaliação do GD; e, também, o próprio Portal do GD. O destaque fica por conta desses relatórios da FGV serem documentos inéditos aos quais essa pesquisa teve acesso, por meio do Secretário da SGG e Coordenador Geral do GD no período. Já o Portal do GD, por ser o registro da memória da experiência e já ter sido descontinuado³ e excluído da internet, ter sido estudado por este pesquisador a partir de materiais off-line por meio de uma cópia do portal obtida junto a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul - Procergs, via Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), para essa pesquisa.

³ O Gabinete Digital foi descontinuado em agosto de 2015, pelo governo José Ivo Sartori (MDB) – 2015-2018.



A discursividade teórico-normativa da tecnologia no tecido social

A perspectiva teórica da potencialidade do uso das TIC se associa à compreensão da racionalidade e da tecnicidade instrumental enquanto paradigma funcionalista de transformação do homem, da natureza e do espaço (sociedade em movimento).

O atual estágio de desenvolvimento da sociedade, proporcionado pelos avanços no campo da ciência e da técnica, possibilitou às sociedades modernas experienciarem um modelo de desenvolvimento antes inimaginável. Tais avanços correspondem à firmação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) enquanto elemento-chave de explicação e compreensão dos fenômenos contemporâneos. Como nunca antes na história humana utilizaram-se tão intensivamente os recursos tecnológicos para expandir as potencialidades humanas perante o meio (ações antrópicas), modificando e ressignificando a *práxis* dialógica (processos de comunicação), e utiliza-a para garantir liberdade. Ou, como aponta o filósofo brasileiro Antônio Vieira Pinto (2005), a disseminação do uso da máquina e do computador guarda intrínseca relação com o argumento de que para o ser humano superar as desigualdades seria necessário entrar na era tecnológica.

Os avanços tecnológicos resultam de um processo racional, de acúmulo de conhecimento humano, e são desenvolvidos para suprir as necessidades humanas, sejam elas vinculadas a esfera social – ampliação dos canais de comunicação e intercâmbio de conhecimento –, do Estado – modernização dos governos e da administração pública – ou do mercado – processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Isto significa dizer que a concepção de meio técnico-científico-informacional constitui num importante conceito formulado por Milton Santos para demonstrar a ampliação da ciência e da técnica e dos processos de produção e reprodução do meio como indutores para o alcance do desenvolvimento. A ciência, a tecnologia e a informação formam a nova base técnica da vida e são o centro das relações. *Pari passu* seu emprego no tecido social, sendo os mais diversos, torna-se plausível, ou mesmo compreensível, que o homem moderno deposite expectativas favoráveis em relação aos benefícios proporcionados pela 'instrumentalização' e 'tecnificação' do espaço e da natureza.

O desenvolvimento da computação, das telecomunicações, da radiodifusão e da internet, no decorrer da segunda metade do século XX direcionou o mundo a um novo modelo de sociedade. Se no período pré-industrial o elemento transformador da sociedade era proveniente da energia natural, no período industrial a energia produzida/transformada, no período pós-industrial a informação, que se vale do conhecimento e da tecnologia, são os fatores estratégicos para o desenvolvimento.



Como descreve Thompson (2002, p. 24), o indivíduo utiliza dos recursos dos meios de informação e comunicação, que inclui “meios técnicos de fixação e transmissão, as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico”, como instrumentos de ação para intervir no curso dos acontecimentos de sua história. Pois, as “ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. (THOMPSON, 2002, p. 24).

Para Pinto (2005, p. 362),

a tecnologia e os maquinismos de qualquer espécie que a materializam assumem duplo e profundo significado: o de ser ao mesmo tempo manifestação da razão humana no grau de desenvolvimento que alcançaram em cada momento e em certa comunidade nacional, sob forma de consciência para si; e o de fornecer o condicionamento objetivo, a força, o “motor” do processo de evolução da mesma razão.

Compartilha-se da afirmação de Castells (2005, p. 43) quanto o seu entendimento de que o paradigma do determinismo tecnológico se revela algo parcialmente infundado, a tecnologia não é capaz de determinar a sociedade, não é autônoma e independente da sociedade, pelo contrário, ela corresponde à própria sociedade, e a sociedade, por sua vez, “não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Ainda para o autor, “a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica”, pois a criatividade, a iniciativa empreendedora, a inovação tecnológica e aplicações sociais intervêm no processo de descoberta científica, e o “resultado final depende de um complexo padrão interativo” (CASTELLS, 2005, p. 43), com observado, inclusive, em pesquisas anteriores desenvolvidas pelos autores (ESCOSTEGUY et al, 2010).

A relação dialética entre sociedade e tecnologia se mostra paradoxal à medida que os elementos descritos por Castells (2005) que dependem de ampla e complexa interatividade para resultarem na transformação tecnológica, são parte intrínseca da sociedade. Em tese, não poderiam, assim como a tecnologia, serem percebidos como fatores à parte da sociedade. Idem quando o autor destaca que “novas formas e processos sociais não surgem em consequência de transformação tecnológica” (CASTELLS, 2005, p. 43), mas uma vez instituído no tecido social, o homem passa a fazer uso, e o uso que ele faz cria “novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela (CASTELLS, 2005, p. 40).



Os adeptos ao paradigma do determinismo tecnológico, cunhado pelo sociólogo americano Thorstein Veblen (1857-1929), ancoram-se na associação das tecnologias como a condição essencial de manutenção do padrão de organização da vida em sociedade e que, portanto, seriam forças independentes, autocontroláveis, autodetermináveis e autoexpandíveis. São vistas, portanto, como algo “fora do controle humano, mudando de acordo com seu próprio momento e moldando involuntariamente a sociedade” (FERNANDEZ, 2007, p. 473).

Os processos de comunicação pautados, inexoravelmente, no uso dos “novos” meios de informação e comunicação são uma estratégia substancial da vida social. Para Thompson (2002, p. 24), as TIC são recursos tecnológicos os quais o homem utiliza para “intervir no curso dos acontecimentos, influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas”. Seu uso seria capaz de alterar de forma significativa as relações sociais à medida que novas relações de poder são estabelecidas no tecido social, a partir de seu uso e de seu potencial.

Vasconcelos e Rúa (2005) compartilham da visão de Thompson ao afirmarem que as TIC são um processo revolucionário de comunicação capaz de transformar a organização espacial e temporal da vida social. As TIC simbolizam a integração de sistemas de informação com comunicação de dados e contribuem para facilitar a comunicação, a busca e o acesso à informação, o planejamento e a execução das atividades humanas em sociedade (VASCONCELOS; RUA, 2005).

Gomes (2005), Ruediger (2002), Lévy (1999) e Castells (2005) procuram explicar que a integração das esferas da vida social através da ideia central da interconexão – em rede – mudou radicalmente a forma com que as sociedades contemporâneas interagem e se comunicam entre si, acessam e buscam informações. Mormente, quanto a potencialidade do uso das TIC enquanto instrumento democratizador e fundamental para o fortalecimento e aperfeiçoamento da *práxis* democrática e dos mecanismos participativos que dela resultam e caracterizam os Estados-nações democráticos.

Contudo,

nunca foi tão profundo o sentimento de desconexão e de exclusão em relação às transformações que marcam o espaço e o tempo do mundo. [...] nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 17).

O sofismo em torno das promessas e facilidades com o desenvolvimento da tecnologia, é percebido nas mais diversas áreas da vida humana, assim como as alterações nas múltiplas escalas, sejam espaciais ou temporais, da ação social.



Em meio à onipresença das TIC em praticamente todas as esferas da vida humana, não se pode desconsiderar a reflexão crítica do quanto as sociedades modernas se tornaram dependentes dos recursos tecnológicos e das suas potencialidades, sobremaneira na modernização dos processos produtivos, do Estado, da *pólis*, da esfera pública e política, da democracia e dos seus processos correlatos à participação, deliberação, empoderamento e comunicação.

A participação cidadã no governo Tarso Genro: TIC e o Sisparci

O Rio Grande do Sul, lócus do estudo, é um Estado da federação brasileira com uma história recente (30 anos) de inovações em termos de democracia participativa, com destaque para as experiências do Orçamento Participativo, a Consulta Popular, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, processos iniciados após a abertura democrática dos anos de 1980 e que, em parte, foram tendo sua continuidade garantida, conferindo certo protagonismo desse Estado em experiências de democracia participativa no País.

Nesse contexto, o governo Tarso Genro deu ênfase à promoção de uma gestão participativa, com controle público, transparente, de modo a constituir uma esfera pública democrática em que houvesse a partilha do poder público e articulação política, especialmente combinando as democracias representativa e participativa. A trajetória política do governador, assim como do Partido dos Trabalhadores, apresentava coerência com esta proposta, muito embora havia um caráter inovador no depósito de grande expectativa no papel das TIC nesse processo. De acordo com o seu Programa de Governo, este seria um fator chave para promover o desenvolvimento econômico, o combate à corrupção, ao patrimonialismo e às desigualdades (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010).

Essa abordagem converge com a perspectiva teórica já abordada, que ressalta as potencialidades das tecnologias e da internet para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia e dos mecanismos participativos que dela resultam e caracterizam os Estados-nações democráticos. O protagonismo da sociedade na esfera pública tinha por finalidade a construção de uma nova perspectiva de transformação social à luz dos pressupostos da democracia participativa e deliberativa. Neste sentido, vislumbrava-se uma gestão participativa visando construir uma *outra* relação do Estado com a sociedade a partir da integração dos diversos sujeitos e atores da sociedade, com diálogo e transversalidade. “Todos os segmentos da sociedade dialogando e construindo juntos. É assim que o Rio



Grande do Sul vai crescer no ritmo do Brasil” (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010, p. 8).

No governo Tarso, a experiência do Sisparci é a que ganha destaque por representar uma proposta de formulação, normatização e articulação dos processos participativos e as estruturas de governo, o qual era “formado por um conjunto de instrumentos de participação que atuarão de forma **sistêmica** na **elaboração, monitoramento e avaliação** das políticas públicas de desenvolvimento” (RIO GRANDE DO SUL, 2012, online, grifos nossos). Integravam o Sisparci, entre outros, o Gabinete Digital e a Consulta Popular, experiências que, direta ou indiretamente, faziam uso das TIC visando a participação cidadã e o aprofundamento da democracia. Ao todo, o sistema incluía quatro dimensões: as decisões orçamentárias, controle social, diálogos sociais e a participação digital.

O principal desafio [...] é formular e debater no Estado, com toda a sociedade, um programa gaúcho capaz de apresentar soluções consistentes aos problemas estaduais e atender às necessidades essenciais do nosso povo. É preciso construir um programa que seja tão transformador como o que está sendo realizado no Brasil (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010, p. 2).

Portanto, o tema central do programa de governo da Unidade Popular pelo Rio Grande foi definido como sendo a democratização do Estado por meio do desenvolvimento de um sistema que possibilitasse a ampla participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. No intuito de organizar um sistema de participação popular para a definição de investimentos estratégicos, regionais e microrregionais, que combinasse a participação presencial direta dos cidadãos a nível local e regional, com a participação digital por meio do uso das novas tecnologias, foram realizados quatro seminários ao longo dos primeiros anos do governo, que discutiram a formulação teórica e metodológica do Sistema de Participação Cidadã. Esses encontros reuniram diversos analistas e pesquisadores nacionais e internacionais com vistas ao alinhamento da proposta, o tocante aos seus objetivos, desenhos de fluxos e o papel dos órgãos envolvidos.

No dia 30 de outubro de 2012, por meio do Decreto nº 49.765, foi instituído o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã – Sisparci. No decreto, o sistema era formado por um conjunto de instrumentos de participação, que atuavam de forma sistêmica na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

O texto do decreto que instituiu o Sisparci reforçou alguns pressupostos presentes no início de campanha ao governo, como o compromisso assumido pelo governador de ampliar a participação popular e cidadã, o diálogo da esfera pública com todos os segmentos da sociedade, a necessidade de reconhecer e combinar diversas formas de participação

presencial e digital, e a importância de se desenvolver políticas públicas de proteção, inclusão social e de combate à miséria, bem como a valorização dos valores republicanos.

Portanto, o Sisparci consistia em uma iniciativa de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. A visão sistêmica do sistema pretendia propiciar ao modelo de participação estadual a aprendizagem e a gestão das distintas experiências participativas já desenvolvidas no Rio Grande do Sul assim como as novas.

Figura 1 – Organograma do Sisparci



Fonte: Oliveira (2019, p. 192)

Mesmo após a realização dos quatro seminários que serviram para aprimorar e consolidar o Sisparci junto a esfera governamental e a sociedade, a ideia de se ter desenvolvido um sistema de participação com integração sistêmica ainda era questionável. Vale observar, que o próprio desenho do Sisparci remetia a uma estrutura de participação hierárquica. As dimensões e suas instâncias não possibilitam o entendimento de que o sistema propiciava uma integração efetiva entre si, do ponto de vista sistêmico e de uma processualidade horizontal.



A fala da Presidente do Corede-Sul e Integrante da Comissão Estadual da CP, que fez parte de um grupo da Secretaria de Planejamento responsável por analisar e avaliar os diferentes nós do sistema e a sua proposta em 2013 (GT Sisparci), em entrevista a este estudo, convergiu para esse entendimento. Ela afirmou que a ideia defendida dentro do governo de que o Sisparci representava de fato um sistema de participação, com integração e articulação sistêmica entre as dimensões e instâncias, não era identificado na prática. Embora houvesse a existência de diferentes canais de participação e de interação entre governo e sociedade, havia a necessidade de se construir mais diálogos horizontais. Na prática, o que havia é que, “quase sempre”, cada um dos canais de participação realizava um “um diálogo com o governo do Estado, mas não entre eles. Então, para mim, mesmo com as tecnologias favoráveis, nós tivemos dificuldades para estabelecer diálogos entre os diferentes espaços” (PRESIDENTE DO COREDE-SUL E INTEGRANTE DA COMISSÃO ESTADUAL DA CP, 2018).

Do mesmo modo, apesar do amadurecimento da proposta em quase dois anos da gestão, mesmo na esfera governamental, um componente político afetou a implementação do sistema, já indicado pela instituição do Sisparci por meio de decreto, ao invés de lei, e confirmado pela perspectiva dos atores obtida nas entrevistas. Parte dos integrantes do governo ouvidos reconheceram haver certa falta de apoio ou o não entendimento inclusive de membros da gestão e da Assembleia Legislativa em relação à causa. Na fala do Secretário Geral de Governo (SGG) e Coordenador Geral do Gabinete Digital (2018), para além da necessidade de o governo abraçar a agenda da participação, era preciso possuir metodologias apropriadas, capacidade de coordenação interna, “vencer as amarras institucionais, [...] até resistências, por exemplo, do Legislativo, [...] que muitas vezes percebe a participação da cidadania como um esvaziamento das suas funções”.

O governo petista ao propor quatro níveis de participação, precisaria lidar, ainda, com a cultura da sociedade e a cultura interna do poder executivo. Haja vista que o aspecto cultural, de acordo com os entrevistados, era um dos limitadores para a implementação do Sisparci. Isto porque “a cultura da sociedade e a cultura interna, também, das instituições. [...] o servidor público, as estruturas de comando interno, elas são muito reativas, são pouco abertas, tem uma lógica, também, às vezes uma racionalidade, tem leis também que colocam para o gestor dificuldades para que ele ouça a sociedade” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD, 2018).

O Secretário da SPGPC (2018) conta da dificuldade existente de convencer os próprios membros do governo a adotarem um modelo de gestão mais participativo e inclusivo, cujas decisões são tomadas à luz dos pressupostos da democracia participativa/deliberativa,



ao invés de reproduzir um modelo de governo em que as tomadas de decisões são centralizadas. Isto é, “governar com um gabinete fechado, tomando decisões apenas nos chamados gabinetes, cada vez mais internos” (SECRETÁRIO DA SPGPC, 2018).

O governante que não se abrir, não comprometer, com esse processo, ele acaba **reproduzindo essa ideia limitada da democracia tradicional. E eu acho que isso, infelizmente, nos nossos governos, também ocorre em grande parte.** Claro que aí tem uma visão de exercício de poder que depende muito da cabeça de cada indivíduo. A gente brinca, fazia uma brincadeira, ou faz uma brincadeira, com os secretários, né, **quem é que vai abrir mão da caneta para tomar a decisão?** Mas se trata disso (SECRETÁRIO DA SPGPC, 2018, grifos nossos).

Nota-se na fala dos entrevistados diferentes percepções e entendimentos da realidade empírica sobre a visão sistêmica do Sisparci. No entanto, permanece ainda a concepção-chave do sistema com relação a possibilitar uma articulação e integração das dimensões e suas instâncias. Faz-se importante do mesmo modo mencionar, que o Sisparci teve existência por um período de dois anos. Ou seja, foi concebido na gestão do governo Tarso e, com a sua não reeleição nas eleições de 2014, foi descontinuado na gestão seguinte. No entendimento dos entrevistados, o tempo de vigência do sistema foi curto, impossibilitando, por exemplo, o seu amadurecimento, isto tanto nas bases do governo como na sociedade.

A práxis das TIC: o Gabinete Digital

O GD surge da ideia de se desenvolver um canal específico de participação e de diálogo entre a sociedade civil e o governo do Estado do RS, enquanto componente de um sistema mais amplo, o qual pudesse servir como uma espécie de laboratório de experimentação democrática a partir do uso das ferramentas digitais. Laboratório, aliás, é como muitos entrevistados para essa pesquisa, bem como demais documentos, fazem referência à experiência do GD. A intenção de desenvolver um novo e inovador canal interativo entre governo e sociedade teve origem ainda na fase da campanha eleitoral de Tarso Genro, em 2010. Seu programa de governo – como já mencionado neste capítulo – foi construído privilegiando a modernização da esfera pública e a participação cidadã em espaços que privilegiassem as tomadas de decisão.

Assim, houve um segundo movimento de articulação e mobilização do governo para pensar e desenvolver o GD e, conseqüentemente, o seu portal digital, onde o cidadão poderia participar a partir de diversos meios. O GD fazia parte da dimensão da participação digital do Sisparci e possuía quatro principais ferramentas: *Governador Pergunta*, *Governador Responde*, *Governo Escuta* e *De Olho nas Obras*.



No relatório do *Plano Conceitual de Diretrizes Estratégicas do Gabinete Digital*, produzido pela Fundação Getúlio Vargas ao governo, no final de 2011, enfatizava a intensão do governo do RS em “posicionar o Estado como referência nacional e global de renovação e adensamento democrático visando a transformação social” (RELATÓRIO DO PLANO CONCEITUAL DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO GD, 2011, p. 4).

O GD foi lançado no dia 24 de maio de 2011, anterior mesmo à formalização do Sisparci, num evento realizado no Palácio Piratini e foi instituído por meio de um decreto do governador. O Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011, instituiu no âmbito do governo estadual o GD do Governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital.

Para “alguns setores da esquerda, que davam sustentação ao governo, e dentro do próprio governo, ele [GD] não deixou de ser visto com uma certa desconfiança pelas pessoas, por acharem que participação por meio digital ela é mais fluida, menos consistente, [...]” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD, 2018). Em sentido próximo, o Articulador de Políticas Digitais do GD reforça esse entendimento de desconfiança e negatividade com que o GD era visto dentro do governo.

o gabinete tinha uma dificuldade enorme no começo, até 2013, de explicar a sua existência, de não ser só uma coisa de sei lá, de moleque, enfim. Tinha uma leitura interna do governo, não de todo governo, claro, mas de parte ali mais conservadora do governo, bastante negativa, preconceituosa, assim do gabinete (ARTICULADOR DE POLÍTICAS DIGITAIS DO GD, 2018).

A partir dessa percepção que se tinha por parte de alguns membros do governo e até mesmo da oposição do governo, tornar o GD um elo estratégico de integração de uma política mais ampla e consistente de democracia em rede ou digital se tornou um desafio ainda maior dado o curto período de tempo entre a implementação e a consolidação dessa experiência. O aspecto cultural contrário à inovação na administração pública foi um fator de resistência ao desenvolvimento de meios mais efetivos para participação cidadã com uso de ferramentas digitais. A transição para um modelo democrático cada vez mais digital é contraditório e dialético, pois se, por um lado, o seu uso pelo governo não representa, necessariamente, um modismo, também não é a solução para todos os problemas relacionados a esfera democrática e da gestão pública.

A missão do GD era a de “colaborar com a construção de uma nova cultura de participação no Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio das redes digitais visando ao diálogo permanente com a sociedade, a transparência, a gestão colaborativa e a cidadania” (RELATÓRIO DO PLANO CONCEITUAL DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO



GD, 2011, p. 34). Bem como de se consolidar enquanto uma “referência na utilização e compartilhamento de tecnologias digitais para a participação democrática em rede” (RELATÓRIO DO PLANO CONCEITUAL DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO GD, 2011, p. 34).

Como reforçam os sujeitos entrevistados nessa pesquisa, a aproximação da população com os processos participativos, o que leva ao seu entendimento e consolidação, se dá por meio de um processo lento e gradual, em que as pessoas participantes percebem a materialização da sua participação no seu cotidiano.

Entre os resultados identificados da experiência do GD, destacam-se nesse artigo, a participação da população nas três consultas públicas virtuais realizadas pela ferramenta do Governador Pergunta. Na primeira edição, em 2011, com o tema da pergunta encaminhada pelo governo à população *Como podemos melhorar o atendimento à saúde pública?*, reuniu 1.405 propostas enviadas pela população, onde foram priorizadas 50, e totalizou 122.609 fotos. Já na segunda edição, em 2012, *Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?*, contou com 2.111 propostas enviadas, das quais 10 foram priorizadas e houve 240.516. Na terceira e última edição, em 2013, o tema foi a Reforma Política, o qual reuniu 2.840 propostas enviadas, sendo 10 priorizadas, com um total de votos de 181.759.

Na percepção dos entrevistados, a terceira edição do GP foi uma das mais importantes dado a conjuntura social e política de 2013 quando houve os protestos de junho. Neste sentido, uma das consultas se referia a reforma política, no qual 80% dos participantes destacaram preferir que a mesma fosse realizada por meio de uma constituinte exclusiva e 20% acreditavam que ela devesse ocorrer pelo atual (2013) conjunto de representantes eleitos no congresso. Quanto ao questionamento sobre quais deveriam ser as prioridades da reforma política, o fim do voto secreto no Congresso Nacional e demais instâncias legislativas foi a mais votada.

No Governador Responde (GR), desde o lançamento do GR, em 2011, foram realizadas 15 edições e enviadas mais de 500 perguntas e 105 respondidas (BALANÇO 2011-2014 DO GD, 2014, p. 16). Interessante destacar que houve uma apropriação desta ferramenta por setores associados ao governo, o que pode ser identificado a partir das questões enviadas para a ferramenta. Pode-se dizer que ela foi restrita, em grande medida, aos servidores públicos, sejam eles relacionados à segurança pública ou à educação. A exemplo disso foi a desvinculação dos Bombeiros da Brigada Militar que surge nas entrevistas como um dos grandes resultados desta ferramenta.

Até porque são categorias [servidores] já previamente organizadas, então eles têm muita facilidade de, por exemplo, no período de votação, conseguir fazer com que as suas perguntas ganhem de uma pergunta que é atomizada,



de um cidadão que não está organizado ou que tem um interesse que não é exatamente o interesse de classe ou de categoria [...] (COORDENADOR EXECUTIVO DO GD, 2018).

Já nas 15 edições de o Governo Escuta (GE) houve um total de 700 mil participações (BALANÇO 2011-2014 DO GD, 2014). Das 15 edições do GE, as audiências sobre o Passe Livre Estudantil, A Conscientização Contra o *Bullying*, Veto à Lei de Estrangeirismos, são lembrados pelos entrevistados como sendo as principais realizadas pela ferramenta.

Especialmente em relação ao Passe Livre Estudantil, na percepção dos entrevistados, o uso das TIC e da internet foram essenciais para que fosse possível estabelecer um canal de diálogo direto com os movimentos sociais e demais sujeitos que protagonizaram as manifestações de 2013. Como aponta o Coordenador da divisão Digital do Deparci (2017), “nos movimentos de junho de 2013, foi quando, principalmente através do Gabinete Digital, se *usou* bastante as ferramentas de TI para diálogo social. [...] tudo usando tecnologias de informação”, que resultou na Lei do Programa Passe Livre Estudantil.

O Diretor do Deparci (2018) compreende que o GD teve uma importância significativa durante as jornadas de junho de 2013 e no processo de diálogo com os manifestantes. Isto se deve, principalmente, pelo fato de o GD ter proporcionado novas formas de participação digital. Como havia uma familiarização dos manifestantes com o uso das TIC e da internet para as suas mobilizações, pois em grande medida os protestos foram organizados e convocados pelas redes sociais, então, “já era uma coisa bem espraiada entre eles” (DIRETOR DO DEPARCI, 2018).

Desta maneira, a partir da percepção dos integrantes do governo, tinha-se o entendimento de que a experiência do GD estava consolidada, muito em decorrência dos resultados que se vinha alcançando por meio dos diversos canais de participação e de interação da sociedade com o governo

O uso das TIC no governo Tarso na percepção dos atores: principais resultados

Ao longo dos diferentes governos que assumiram a gestão do executivo gaúcho, os usos das tecnologias foram distintos e nem sempre voltados para o aprofundamento da democracia, para a ampliação dos canais de interação entre governo e sociedade e, por conseguinte, para a participação cidadã. Em outros governos, esta preocupação parece ter sido central, como identifica o Secretário da SPGPC (2018),

nós temos que ter uma outra visão sobre essa questão da democracia mais contemporânea, que incorpora as novas tecnologias e que dê uma dinâmica mais ativa para a participação do indivíduo. É como o professor Boaventura [Sousa Santos] chama de democracia de alta intensidade. É esse tipo de



dinâmica que se quer no governo hoje, progressista, aberto, e assim por diante.

O uso das TIC e da internet pela esfera governamental não é somente compreendido enquanto mecanismo de participação dos cidadãos, mas também como uma alternativa de enfrentamento à descrença da população perante a vida política, ao sistema de representação, dos partidos políticos e dos próprios sindicatos. É “uma possibilidade colocada nesses últimos anos, eu diria que uma necessidade, também, social, porque as pessoas estão muito descrentes da política, da representação política formal, dos partidos, dos sindicatos” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD, 2018).

Observa-se que a visão do uso das tecnologias no âmbito governamental ainda ocorre a partir de um certo entusiasmo perante as possibilidades e contribuições para a participação cidadã, para o aprofundamento e acesso democrático. Na percepção do Secretário da SGG e Coordenador Geral do GD (2018), isso guarda relação com as profundas mudanças que têm ocorrido na estrutura social e nas dinâmicas sociais. A sociedade em rede, para esse entrevistado, traz mudanças no tecido social brasileiro, relacionadas a como as pessoas se comunicam entre si e também com o poder público.

No campo democrático, por exemplo, de acordo com a Assessora de Planejamento da Procergs (2018), as tecnologias podem ser componentes estratégicos para aumentar a participação cidadã e promover uma integração entre governo e sociedade. Isto porque

as pessoas são digitais, os cidadãos são digitais, o mundo é digital. Então, o governo tem que ser digital. Então, assim, a tecnologia é estratégica, é muito estratégica. As pessoas estão em rede, a gente tem que encontrar esse cidadão, ele tem que nos encontrar [governo], tem que ser fácil de usar, tem que ser acessível (ASSESSORA DE PLANEJAMENTO DA PROCERGS, 2018).

Para o Governador do RS (2018), a implementação do Sisparci e do GD, a partir das suas ferramentas, contribuiu para que houvesse no Estado uma qualificação e aprofundamento da *práxis* democrática. Contudo, ressalta que, ainda que se tenha havido um acúmulo, ele não

permaneceu com solidez. Porque é necessário, vamos dizer assim, que esses processos tenham continuidade até proporcionar, **até o momento em que proporciona uma mudança na cultura política da sociedade, que passa a respeitar esses mecanismos e haja, também, uma modificação na cultura política, na cultura cidadã dos próprios servidores públicos.** Eu tenho certeza que isso começou, com essas experiências democráticas aqui no Rio Grande do Sul. Com essas experiências, inclusive, que refletiram numa reorganização das nossas políticas públicas. A Patrulha Maria da Penha, por exemplo, é produto da participação das mulheres, dos nossos mecanismos participativos. Aquele programa que é o que aumenta a renda



do pessoal do Bolsa Família para contemplar as famílias com determinado número de filhos, numa determinada idade, aquilo ali vem de uma participação massiva e atingiu 64 mil famílias naquela oportunidade. Isso aí significa atingir, se você multiplica por cinco, mais de 300 mil pessoas que foram atingidas por aqueles programas. Mas foram programas que duraram pouco, eles logo foram extintos. E as pessoas não tinham, ainda, a capacidade de reação (GOVERNADOR DO RS 2011-2014, 2018, grifos nossos).

No tocante ao uso das TIC para a participação, a Assessora de Planejamento da Procergs (2018) afirmou que os processos participativos não podem ser compreendidos apenas a partir da tecnologia, pois estas são apenas um meio, uma ferramenta para se alcançar um determinado objetivo. “Eu acho que a tecnologia ela não é determinística. Tecnologia é só uma parte. A parte mais importante são as pessoas. Até se um dia tu botar numa ordem a tecnologia seria o terceiro. Primeiro seriam pessoas, segundo seriam processos, e terceiro seria tecnologia”.

Com a implementação do Sisparci e do GD, e seus canais de participação direta da sociedade, tinha-se a pretensão com o uso das TIC proporcionar que nenhum cidadão precisasse ser obrigado a ir em uma assembleia popular, por exemplo, mas que ele tivesse a “oportunidade de, mesmo sem ir, se manifestar. E essa manifestação só poderia ser via uso de TIC” (COORDENADOR DA DIVISÃO DIGITAL DO DEPARCI, 2018).

Num olhar retrovisor, à luz de novas possibilidades tecnológicas que se desenharam desde o final do governo em estudo, como algumas mídias sociais, os entrevistados fazem sua avaliação. “Eu acho que a nossa experiência, ela foi, digamos assim, bastante modesta, foi simples o que foi feito, só que foi algo pioneiro. [...] ‘ah, como foi a experiência do Gabinete Digital?’, ‘A gente não fez nada de mais, mas fizemos o que ninguém fez’” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD (2018).

A partir da fala dos sujeitos entrevistados e das diretrizes do Sisparci tem-se a percepção desses atores governamentais e da sociedade civil organizada sobre o uso das TIC enquanto um meio para a ampliação da democracia. As diretrizes de implementação do Sisparci, bem como os objetivos instituídos no Decreto nº 48.056, são indicativos nesse sentido, uma vez que esse sistema tinha por finalidade reunir os diferentes movimentos em pró da participação cidadã.

O Governador do RS (2018) destacou, a partir do exemplo do OP de Porto Alegre- que ele fez parte enquanto prefeito -, que a consolidação da participação na sociedade se constrói a longo prazo. “A cultura participativa, tanto nas cidades, quanto no Estado, ela se dá de maneira cumulativa e com ascensos e descensos, dependendo dos governos, [...] e ela não condensa em determinado momento e permanece naquele nível”. Por meio da história do OP,



ele explica que, no caso dessa experiência, há uma consolidação da participação, pois está na memória das pessoas, criando uma resistência e uma vontade de participação permanente. E essa cultura participativa faz com que o governo em exercício, independentemente de seu posicionamento político, dê continuidade à experiência.

A consolidação do componente participação, que foi proposta a partir do Sisparci, não se efetivou, ainda que se reconheça o pioneirismo e os avanços que se teve. São indicativos disso, a descontinuidade dos Sisparci e do GD, tendo continuidade apenas a CP pois já era um processo consolidado entre os gaúchos.

Para o Governador do RS (2018), o espírito participativo na sociedade se forma, entre outros, a partir do trabalho de uma “vanguarda política mais organizada”, o que incluiria, na sua opinião, os partidos, os grupos sociais, as associações e academia, e não de uma vontade genuína em participar. A educação para a cidadania e o acesso à informação e ao conhecimento são, portanto, aspectos-chave na percepção de alguns sujeitos entrevistados para que haja a formação de uma cultura participativa.

Observou-se, mesmo posteriormente à experiência, um otimismo com relação ao uso das tecnologias para democracia participativa e deliberativa, por parte de alguns membros do governo, mas também uma visão negativa e resistente ao uso das TIC para a promoção da participação, bem como uma resistência aos próprios processos participativos identificados pelos entrevistados. Evidencia-se, a partir da percepção dos entrevistados, a existência de uma necessidade não só de uma mudança cultural na sociedade, como também uma mudança da cultura política, especificamente. Portanto, não basta somente ter acesso às TIC, é preciso ampliar o acesso à informação e ao conhecimento, para uma formação cidadã.

Considerações finais

Se por um lado o uso das tecnologias está relacionado a uma perspectiva entusiasta acerca do seu potencial democratizante, que perpassa desde o espectro acadêmico, os organismos internacionais e até mesmo a esfera governamental, tem-se, de outro, uma visão crítica sobre o seu uso. A visão crítica associa o uso das tecnologias a processos sociais e culturais, isto é, trata-se de uma compreensão que entende a técnica não como autônoma à sociedade, mas como resultado de seu uso, das suas intenções, dos seus propósitos e aspirações. É preciso, portanto, inserir a tecnologia dentro de uma dinâmica de interrelação com os demais fenômenos do mundo da vida, que formam a estrutura social. Pois se entende que a técnica ou a tecnologia, por si só, não são capazes de explicar as contradições e as



dinâmicas que se estabelecem na sociedade quando observadas somente à luz do seu sentido etimológico e semântico.

A gestão do governo Tarso foi fundamentada na égide da participação direta, voluntária e universal com caráter deliberativo dos cidadãos, em que por meio do uso das ferramentas tecnológicas, ampliou-se não só a participação dos cidadãos na esfera pública por meio do desenvolvimento do Sisparci e do GD, mas também promoveu uma cogestão com os cidadãos por meio do compartilhamento do poder decisório. Algo que até então só se tinha feito no Rio Grande do Sul por meio do OP em nível municipal e com a CP a nível regional.

O Sisparci e o GD representaram uma importante inovação institucional para o fortalecimento da democracia participativa e deliberativa e que sua construção foi pioneira e lançou luzes de que é possível desenvolver uma gestão em que há um maior compartilhamento do poder decisório junto ao *demos*, para além das reconhecidas experiências participativas do OP e da CP.

Reconhece-se que a resistência dos próprios integrantes do governo, como secretários, corpo técnico e membros da Assembleia Legislativa quanto à ideia de se ter um sistema participativo aos moldes do que foi implementado pelo governo, é um ponto a se considerar. A resistência, em grande medida, decorreu de uma preocupação de que, ao proporcionar à população canais para uma participação mais direta entre Estado e sociedade, haveria um esvaziamento das funções do executivo e legislativo.

Se por um lado a continuidade das experiências participativas com vistas a aprofundar a democratização do Estado e o desenvolvimento regional através da participação cidadã depende de uma vontade dos gestores públicos, de outro é preciso considerar que não houve uma mobilização da sociedade civil pela sua continuidade. Entende-se que o desenvolvimento da experiência do GD e do Sisparci significou uma tentativa do governo para ressignificar a estrutura de participação do Estado do RS e de avançar para além das experiências do OP e da CP, com vistas a adaptar os mecanismos participativos à sociedade em rede.

É preciso ter claro o lugar das TIC na democracia. Elas não são redentoras, e, sim, instrumentos, meios que governos podem utilizar para auxiliar na democracia. Enquanto um instrumento técnico, a existência das TIC, ou mesmo sua utilização pelos governos como facilitadora dos mecanismos de participação, não assegura o alcance dos resultados democráticos.



Referências

ARTICULADOR DE POLÍTICAS DIGITAIS DO GD. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h08min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO DA PROCERGS. **A Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h40min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

BRANCO, M. Software livre desenvolvimento social e econômico. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Belém: Imprensa Nacional, 2005. p. 227-236. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf. Acesso em: 29 out. 2016.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura** - vol. 1. 8 ed. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br: a próxima revolução Brasileira. Eficiência, Qualidade e Democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COORDENADOR DA DIVISÃO DIGITAL DO DEPARCI. **Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h56min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

COORDENADOR EXECUTIVO DO GD. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h21min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

DIRETOR DO DEPARCI. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h03min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina *et al.* **As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais: (Re)configurações de uma ruralidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019, p. 15-31. Disponível em: https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=485 Acessado em 10 maio 2020.

FERNANDEZ, Brena, P. M. Ciência, Tecnologia, Capitalismo e suas Interações Dialécticas. **Revista Portuguesa de Filosofia**, v. 63, n.1-3, 2007, p. 467-483. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285047682_Ciencia_Tecnologia_Capitalismo_e_suas_Interaccoes_Dialecticas. Acesso em: 11 ago. 2019.



GOMES, W. A Democracia Digital e o Problema da Participação Civil na Decisão Política. **Revista Fronteiras**, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

GOVERNADOR DO RS. **Democracia, Participação e o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (22min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski. **Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da Gestão do Governo Tarso Genro/RS (2011-2014)**. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2480/1/Vinicios%20Gonchoroski%20de%20Oliveira.pdf>. Acessado em 10 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Organização das Nações Unidas sobre o governo eletrônico e participação eletrônica nos países integrantes à ONU – 2016**. Disponível em: <<http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN96407.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Vol 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PRESIDENTE DO COREDE SUL E INTEGRANTE DA COMISSÃO ESTADUAL DA CP. **Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h06min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO TARSO. **Rio Grande do Sul do Brasil e do Mundo**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www1.SEPLAG.rs.gov.br/upload/Programa_de_Governo_Tarso_Genro.pdf>. Acesso em: nov. 2016

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.765, de 30 de outubro de 2012**. Institui o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã – SISPARCI. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/dec%2049.765.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011**. Institui o Gabinete Digital do governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=56175&hTexto=&Hid_IDNorma=56175>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Balanco 2011/2014 do GD. 2014**. Disponível em: <<https://issuu.com/uira/docs/balanco-gabinetedigital-2011a2014>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. **Relatório do Plano Conceitual de Diretrizes Estratégicas do GD**. Porto Alegre, 2011.



RUEDIGER, M. A. Governo Eletrônico e Democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 26, Salvador, 2002. **Anais [...]**, Salvador: EnANPAD, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h28min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

SECRETÁRIO DA SPGPC. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (53min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

SOUSA SANTOS, B. de. Introdução Geral à Coleção. In: SOUZA SANTOS, B. de (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-28. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Vozes, Petrópolis, 2002.

VASCONCELOS, M. V. de; RUA, M. das G. Impacts of Internet use on Public Administration: A Case Study of Brazilian Tax Administration. **The Electronic Journal of e-Government**, vol. 3, n. 1, 2005, p 49-58. Disponível em: <<http://www.ejeg.com/issue/download.html?idArticle=42>>. Acesso em: 15 mai. 2016.